

NOVOS ATORES E PRÁTICAS POLÍTICAS AMBIENTALISTAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Ilse Scherer Warren

Os processos de globalização econômica e tecnológica trazem consigo a transnacionalização da política e criam condições para a transnacionalização ou desterritorialização da cultura. Trazem para o cenário político novos atores, novas formas de se fazer política e de se produzirem valores culturais.

Por um lado, os avanços no campo da eletrônica têm facilitado a intercomunicação e a troca de informações entre atores trazendo para o cenário político práticas sob a forma de redes de movimentos, que se caracterizam pela rapidez e abrangência espacial de suas manifestações.

Por outro, problemas ambientais relevantes, como a finitude dos recursos naturais, a sustentabilidade dos ecossistemas, os desastres e acidentes ambientais e outros caracterizam-se não por se restringirem a espaços locais ou regionais, mas por assumirem significações e implicações transnacionais, planetárias.

Desta forma, as negociações e a busca de soluções políticas para estes problemas não dizem respeito apenas aos limites político-administrativos locais ou nacionais. Requerem definições, negociações e encaminhamento de soluções multilaterais, através de instituições políticas em nível global.

É neste contexto de globalização das questões ambientais, da transnacionalização das respectivas negociações políticas e dos avanços tecnológicos para a intercomunicação entre diversos atores da sociedade civil que os movimentos ecologistas vão proliferar e assumir papel relevante na criação

Ilse Scherer Warren é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do CNPq.

de políticas públicas. Pode-se observar pelo quadro abaixo como as redes transnacionais ambientalistas tiveram um crescimento proporcionalmente significativo se comparados a outros movimentos.

Organizações Transnacionais de Movimentos Sociais

ÁREA TEMÁTICA	Percentual de organizações		
	1983 N=319	1988 N=478	1993 N=599
DIREITOS HUMANOS	23%	25%	26%
MEIO AMBIENTE	8	10	15
DIREITOS DAS MULHERES	6	7	9
PAZ	7	10	9
ORDEM MUNDIAL/TEMAS MÚLTIPLOS	9	6	8
DESENVOLVIMENTO/ AUTODETERMINAÇÃO/ ETNIA	10	8	5

Fonte: *Yearbook of International Organizations*.

Contudo, deve-se chamar a atenção para o fato de que, nos anos recentes, devido às possibilidades de comunicação ampla e rápida (por exemplo, via Internet) e de troca de experiências entre as organizações e movimentos, verifica-se a conexão de temas/pautas e pleitos entre os vários movimentos.

Observa-se, muitas vezes, por exemplo, a busca de articulação de lutas pela democratização da sociedade, pela ampliação da participação na esfera pública, pela defesa de direitos civis (de cidadania), direitos humanos, sociais e de terceira geração (direitos de gênero, étnicos, ecológicos, etc.), com as lutas em torno das questões de meio ambiente e qualidade de vida,

de defesa da diversidade cultural, da integração sociocultural, da seguridade e paz, e assim por diante.

Os novos atores

As correntes político-ideológicas do ambientalismo/ecologismo e a tipificação dos principais atores ecologistas já foram objeto de análise de vários autores (ver, por exemplo, Viola e Leis, 1991; Viola, 1994; Leis, 1996; Martinez-Alier, 1995; McCormick, 1992; Porter & Brown, 1991; Dalton, 1995). Aqui, pretende-se buscar apenas as possibilidades de atuação dos atores representantes da sociedade civil, de suas organizações em vários níveis, do local ao global, de suas formas de articulação e respectiva formação de redes político-ecologistas. Estes atores, e seus espaços de representação e atuação, podem ser classificados nas seguintes categorias abrangentes: ONGs — organizações não-governamentais; OIGs — organizações intergovernamentais; MECs — movimentos ecologistas transnacionais.

ONGs: As organizações não-governamentais são entidades com alguma institucionalidade, são organismos privados com fins públicos, sem fins lucrativos e com alguma participação voluntária (maiores detalhes em Scherer-Warrern, 1995a). Atuando em relação aos problemas socioambientais, há ONGs internacionais, como o Greenpeace, por exemplo; há nacionais, como a Fundação Mata Atlântica; e locais, como o Cecca (Centro de Estudos Cultura e Cidadania), em Florianópolis. Independentemente da escala em que atuam (local ou global), as ONGs ambientalistas tendem a fazer articulações políticas e programáticas translocais e transnacionais.

OIGs: As organizações intergovernamentais são criadas através de acordos formais entre os Estados-nação, mas não são simples proponentes de interesses estatais, estando abertas para a participação de atores organizados da sociedade civil. De fato, os movimentos sociais transnacionais têm um forte potencial de interferência nestas organizações, enquanto centros de informações, provedores de dados técnicos para a gestão de políticas multilaterais e para a formação de opinião pública em relação a essas políticas (Smith & Pagnucco, 1995). As Nações Unidas atuam em vários níveis: assembléia dos estados membros, associações regionais e agências tematicamente especializadas

(maiores detalhes em Porter & Brown, 1991: 46-56). No caso do meio ambiente, a UNCED é a organizadora das conferências internacionais, como a Rio-92, e mediadora entre ações governamentais e a sociedade civil.

MECs: Movimentos ecologistas comunitários se formam quando atores diversos (organizações de base, associações de bairro, ONGs locais e outros cidadãos) se articulam em torno de um problema socioambiental local. Todavia, este movimento local (tipo *grassroots*) pode ter repercussões transnacionais e se tornar o símbolo de uma forma de luta ecologista. Isto ocorreu com o movimento “Chipko”, na Índia, que passou a ser considerado uma resposta civilizatória face à ameaça de sobrevivência de culturas tradicionais nativas (ver Shiva, 1987). O Movimento dos Seringueiros na Amazônia foi mais uma expressão dessa forma de resistência ativa pela não-violência. Também são significativas as organizações comunitárias urbanas, que atuam para uma melhor gestão do meio ambiente local. Em Florianópolis, por exemplo, em decorrência dos problemas das enchentes no final de 1995, formou-se o Comitê Interbairros contra as Cheias na Bacia do Itacorubi, buscando soluções para o problema.

MENs: Movimentos ecologistas nacionais referem-se às articulações entre ONGs, movimentos ecologistas e cidadãos, quando estas se dão numa escala nacional, como, por exemplo, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais que se organizou para participar da Eco-92, mas que teve continuidade após este evento. Participaram, naquela ocasião, 809 entidades (cf. Relatório do Fórum, 1992), entre ONGs e organizações de base, ambientalistas e populares, permitindo conectar as demandas ambientalistas com aquela por justiça social (Herculano, 1994; Scherrer-Warren, 1996).

METs: Quando falamos em movimentos ecologistas transnacionais, estamos nos referindo, principalmente, às redes transnacionais que se mobilizam enquanto força de pressão quando há alguma tragédia ou problemas ambientais que requerem ações imediatas, ou por ocasião das mobilizações em torno das Conferências Internacionais. Em relação à primeira situação, a mobilização das ONGs, através da Internet, por ocasião dos testes nucleares programados pela França, foi exemplar. Quanto à segunda, podemos retornar novamente à Eco-92, com

o acontecimento na Praia do Flamengo do Fórum Global de ONGs que, conforme Libâneo (1993: 84), “roubou a cena do encontro realizado pela ONU (e), mais do que isso, mostrou que o movimento ecológico mudou, amadureceu, deixou de ser propriedade de alguns grupos sociais minoritários ou alternativos, para se transformar num grande tema de debate mundial entre indivíduos, grupos, raças, etnias, nações”.

Campos de transmissão do novo fazer público

Destaco aqui três campos de transmissão da nova forma de fazer política dos atores ambientalistas, que me parecem relevantes: o uso da informação; o agir no campo simbólico; e as articulações sob a forma de redes.

O uso da informação

As novas tecnologias para a geração de informações e comunicações (como os bancos de dados informatizados, a Internet, o fax, etc.) trouxeram modificações profundas nas relações de espaço e tempo significativas para os atores dos movimentos sociais. A nova arena política passa a ser uma comunidade virtual transnacional. Através dela, a informação se difunde em tempo real e interações comunicativas sem fronteiras se realizam. Por exemplo, com o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás-PA, rapidamente cerca de oitenta ONGs internacionais ambientalistas e dos direitos humanos se articularam e enviaram carta conjunta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pedindo o fim da impunidade.

Estamos hoje frente a um novo potencial de interação e auto-organização da sociedade civil. Segundo Porter (1992: 157), a revolução nas tecnologias de comunicação está criando agora uma comunidade global de organizações sem fins lucrativos, da mesma forma que anteriormente criou um mercado global. Este é apenas o prenúncio de uma comunidade global de ativistas ambientalistas.

O agir no campo simbólico

Os novos movimentos em geral, e entre estes os ecologistas em especial, concebem que as transformações na sociedade passam por um repensar e uma reeducação no campo da cultura. Neste sentido, as ações no campo simbólico são particularmente expressivas.

Neste campo, há um conjunto de novos códigos lingüísticos que vão sendo criados de acordo com a idéia de uma comunidade idealizada, de uma utopia do que seria um mundo ecologicamente melhor, para a realização de uma cidadania planetária. Vai-se desenvolvendo assim uma ética ecológica com as respectivas representações simbólicas e códigos lingüísticos, que distinguem o socialmente aceitável do não-aceitável. É esta ética em construção que estabelece os parâmetros para os pleitos e as pressões das ONGs e movimentos sociais transnacionais na esfera pública. É neste campo simbólico que tem início também a construção das conexões entre as lutas ecológicas, as lutas democráticas e as lutas pela justiça social.

Articulações em redes

Neste cenário de globalização nos campos da informação, da cultura e da ação política, a interação entre os novos atores da sociedade civil tende a realizar-se de forma descentralizada, assumindo a metáfora de rede: de informação, de comunicação e de formato organizacional.

A formação de redes interorganizacionais (entre ONGs ambientalistas, por exemplo) ou redes de movimento (entre ONGs, organizações de base e outros atores políticos) tem por característica a não-centralidade organizacional e a não-hierarquização do poder. As redes, sejam de informação, de intercâmbio temático, ou para pressão nos campos simbólicos e políticos, caracterizam-se por seus novos formatos organizativos, onde as relações sociais são mais horizontalizadas, complementares e, portanto, mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural. São precursores de uma nova utopia de democracia, de sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa (para maiores desdobramentos, ver Scherer-Warren, 1994 e 1995b; Fisher, 1993).

A globalização dos conflitos

De acordo com Passy (1995), a globalização dos conflitos ocorre, por um lado, como decorrência das oportunidades políticas criadas para os movimentos sociais, pelos organismos de poder supranacional, como as Nações Unidas; por outro, devido ao atual poder de difusão dos meios de comunicação. A necessidade de construir consensos mínimos ao nível das agendas políticas multilaterais, ou de expressar simbolicamente os proble-

mas ecológicos localizados em agendas de alcance transnacional, também concorre para a globalização dos conflitos.

Os conflitos se globalizam, assim, através das redes de informações, das redes interorganizacionais e das redes de movimentos, de tal forma que o *local*, os *problemas particulares* se universalizam, e o *universal*, a *ética ecológica planetária* se particulariza, se expressa simbolicamente em problemas ao nível local. Por exemplo, Chico Mendes é transformado num símbolo universal da resistência para a conservação das florestas, de um lado, e a ética ecologista da ação ativa não violenta é incorporada pelo Movimentos dos Seringueiros, de outro.

O papel dos novos atores nas políticas ambientalistas

Um dos principais potenciais das ONGs ambientalistas é o seu empenho em conectar conhecimento (a ciência) com valores morais (a ética ecológica) e prática política (*policymaking*). Esta conectividade, porém, não é simples, nem realizada de forma homogênea, uma vez que valores pressupõem crenças e utopias.

Segundo Ianni (1995: 23), as utopias que florescem no âmbito da sociedade global são variadas. “Podem ser cibernéticas, sistêmicas, eletrônicas, pragmáticas, prosaicas ou tecnocráticas. Também podem ser românticas, nostálgicas, desencantadas, niilistas ou iluministas.” Queremos aqui mencionar apenas três tendências de utopias de transformação em relação ao meio ambiente:

Há uma utopia *cientificista* ambientalista que aposta primordialmente no avanço da ciência e da tecnologia para a conquista do reequilíbrio ecossistêmico. Esta utopia não considera o papel dos atores sociais.

Há uma utopia *fundamentalista* que aposta na restauração do meio ambiente por meio de medidas de sacralização da natureza e das tradições culturais. Considera, neste caso, apenas a relevância dos atores em seu habitat ou em sua comunidade.

Há uma utopia *ecologista* de transformação, que busca articular conhecimento e subjetividade, ou ciência, ética e práticas político-culturais. Portanto, considera os atores sociais historicamente, o que significa percebê-los, no momento atual, em suas múltiplas interações, das locais às globais. Muitas ONGs estão sendo espaços importantes para o desenvolvimento desta utopia.

Gostaria de exemplificar, a partir de algumas práticas bastante expressivas, as múltiplas oportunidades que surgem para os atores ambientalistas da sociedade civil de atuarem nas políticas públicas:

- *Nas parcerias com o poder público*: em conselhos e câmaras, nos níveis locais, nacionais e intercontinentais, como por exemplo com os órgãos das Nações Unidas, e em órgãos estatais. Uma rede importante, neste terreno, é a EEB (European Environmental Bureau), que congrega 120 ONGs ambientalistas de âmbito nacional, com 20 milhões de cidadãos associados, e tem acesso direto à Comissão da Comunidade Européia (Porter & Brown, 1991: 57).

- *Nas pressões institucionais*: junto a parlamentares e governos, para a modificação de legislação sobre meio ambiente; nas conferências internacionais, para a priorização de agendas, etc. Um exemplo de pressão deu-se por ocasião da assinatura do Protocolo da Antártida, que definiu a região como “reserva natural, terra da paz, terra da ciência”, tão próxima da proposta de “parque mundial” mostrando a influência de atores ambientalistas transnacionais, como o Greenpeace (Villa, 1992: 147).

- *Na formação da opinião pública*: organizando eventos públicos, protestando contra problemas de agressão ao meio ambiente e difundindo a ética ecológica. Pesquisa realizada por Dalton (1995: 315), com 69 grupos ambientalistas de grande porte na Europa ocidental, constatou que o método de ação política mais freqüente ainda é o contato direto com o público através da mídia (86%), seguido pela mobilização direta da opinião pública (72%), aparecendo a pressão institucional e as parcerias governamentais apenas em terceiro lugar.

- *Na vigília cidadã*: iniciativas cidadãs para a fiscalização de políticas públicas e para cobranças em relação à legislação ambiental. Nesta direção, o Social Watch é uma iniciativa conjunta de ONGs de todo o mundo para supervisionar o cumprimento dos acordos assumidos pelos governos e organismos multilaterais, nas Conferências Mundiais. Organiza-se através de grupos nacionais e internacionais, de redes interorganizacionais dos países do Norte e do Sul, que vigiam e informam, acerca do impacto das políticas macroeconômicas de seus governos, face às resoluções das Conferências. Avaliam, em especial, os impactos em relação às situações da pobreza, das mulheres e da sustentabilidade ecológica. A participação mais ampliada da população poderá vir a realizar-se através de conferências eletrônicas e de outras formas de comunicação interativa via Internet, fomentadas pela rede de *Control Ciudadano* (Revista del Sur, 1996: 17).

Referências bibliográficas

- Dalton, Russel J. (1995) "Strategies of Partisan Influence: West European Environmental Groups", J. Craig Jenkins and Bert Klendermans (eds.) *The Politics of Social Protest*, in Minneapolis: University of Minnesota.
- Fisher, Julie. (1993) *The Road from Rio: Sustainable Development and the Nongovernmental Organizations in the Third World*. Westport: Praeger.
- Ianni, Octavio (1995) *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leis, Héctor Ricardo (1996) "Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil". Workshop "Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases para Construção de uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza)". Fundação Joaquim Nabuco, Recife (mimeo).
- Libâneo, Maria Lúcia Leonardi (1993) "A sociedade global e a questão ecológica", in *São Paulo em perspectiva* n.º 7, abril-junho, p. 2.
- Martinez-Alier, J. (1995) "Environmental Justice" (local and global), and "Ecological Distribution Conflicts". Quito (mimeo).
- Mccormick, John (1992) *Resumo do paraíso: A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Passy, Florence (1995) "Supranational Political Opportunities As a Channel of Globalization of Political Conflicts. The Case of the Conflict Around the Rights of Indigenous People". Conference on "Cross-National Influences and Social Movement Research". Mont Pélerin. (mimeo).
- Porter, Greth & Brown, Janet Welsh (1991) *Global Environmental Politics — Dilemmas in World Politics*. San Francisco: Westview Press.
- Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras (1992) *Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros*. Rio de Janeiro.
- Revista Del Sur*. "El Control Ciudadano" (1996), 56:17, mayo, Red del Tercer Mundo.
- Santos, Salene S. C. H. dos. (1994) *Entre o heroísmo e a cidadania*. Rio de Janeiro (tese de doutoramento).
- Scherer-Warren, I. (1994) "Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu Papel na Construção da Sociedade Civil", in *São Paulo em perspectiva* 8(3): p. 6-14.
- (1995) a. "ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil", in *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Edufsc.
- (1995) b. "Metologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais", in *Cadernos de Pesquisa* (5). Florianópolis: Programa

de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

- _____ (1996) "The Role of Latin American NGOs in a Global Network". Peacemaking and Democratization in the Hemisphere: Multilateral Approaches. North-South Center. University of Miami (mimeo).
- Shiva, Vandana (1987) "People's Ecology: The Chipko Movement", in Saul Mendlovitz & R. B. J. Walker (eds.). *Towards a Just World Peace: Perspectives from Social Movements*. England: Butterworths.
- Smith, Jackie & Pagnucco, Ron (1995) "Global Strategies of Social Protest: Transnational Social Movement Organizations in World Politics". Mont-Pélerin (mimeo).
- Villa, Rafael A. D. (1992) *A Antártida no sistema internacional: Análise das relações entre atores estatais e não-estatais a partir da perspectiva da questão ambiental*. São Paulo: USP (dissertação de mestrado em Ciência Política).
- Viola, Eduardo J. & Leis, Héctor R. (1991) "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: O papel organizador do ecologismo", in *Ecologia e Política Mundial*, org. Héctor R. Leis. Rio de Janeiro: PUC.
- Viola, Eduardo J. A. (1995) "Globalização e a política ambiental no Brasil na década de 90". 18.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (mimeo).